

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**FACULDADE DE DIREITO**

**FERNANDA CAETANO DA SILVA**

**NºUSP: 12511110**

**HISTÓRIA DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL: CONTEXTO  
POLÍTICO E A LITERATURA NA ERA VARGAS**

**SÃO PAULO**

**2021**

## **História do Direito do Trabalho no Brasil: Era Vargas**

### **1. O contexto político**

No início do século XX, o Brasil vivia a Primeira República. Tal período foi marcado por um acordo que ficou conhecido como “política do café com leite”. Consistia em um compromisso firmado entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais em que os mesmos estabeleceram um verdadeiro rodízio no poder entre mineiros e paulistanos.

Mesmo assim, o Estado do Rio Grande do Sul nunca perdeu sua força e configurou-se como a maior oposição desse sistema. Um exemplo disso ocorreu nas eleições de 1922, em que o Rio Grande do Sul, denunciando o acordo entre São Paulo e Minas, lançou, juntamente com outros Estados, a candidatura de Nilo Peçanha, mas não obteve êxito. Tal fato ficou conhecido como “Reação Republicana”.

Além dessa oposição exposta, a partir de 1921 começou a concretizar-se uma forte insatisfação de grande parcela dos militares com a política governamental. Essa insatisfação deu ensejo a diversos movimentos que ficaram conhecidos como tenentismo. Os militares começaram a se revoltar contra o governo em nome da “honra do Exército”, sendo que, “nesta fase, a insatisfação já representava a concretização de uma espécie de ódio que alguns militares guardavam para com a oligarquia”.<sup>1</sup>

O evento da caminhada dos “Dezoito do Forte” e a “Coluna Prestes” foram grandes acontecimentos dos movimentos tenentistas. Mesmo com êxito praticamente nulos, em sentidos práticos, ambos os eventos tiveram um forte impacto simbólico entre os setores da população urbana insatisfeitos com a elite dirigente.

Acrescido a toda essa tensão social, o país também viva uma situação econômica e política muito instável, sobretudo devido ao descumprimento da

---

<sup>1</sup> SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **História do Direito do Trabalho no Brasil – Curso de Direito do Trabalho**. Vol. I – Parte II. São Paulo: LTr, 2017. P.173.

política do “café com leite” por parte do paulista Washington Luís. Essa atitude serviu como estopim para que ocorresse uma mudança nesse sistema.

Foi então que gaúchos e mineiros se uniram, também apoiados pelos Estados nordestinos, para lançar, em 1930, a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas. Ainda assim, o candidato paulista Júlio Prestes venceu as eleições devido a diversas manobras eleitorais, o que apenas reforçou o descontentamento popular e deu força para um movimento revolucionário, apoiado por civis e militares. Tal revolução culminou com a posse de Getúlio Vargas em novembro de 1930.

Não se tratou de um movimento popular, mas “ocorreu uma troca da elite do poder sem grandes rupturas”<sup>2</sup>. Com Vargas no poder, ocorreram diversas mudanças na política nacional. Em linhas gerais, foi um governo baseado na centralização do poder e no redirecionamento da economia social, principalmente no que diz respeito aos trabalhadores. Cabe destacar, também, que houve um significativo aumento da força dos Exércitos.

O principal desafio para o governo varguista foi o de promover o capitalismo industrial em um contexto econômico muito complicado para o Brasil, sobretudo devido à desvalorização econômica que o café brasileiro sofreu com a quebra da bolsa de Nova Iorque. A emergência da industrialização, portanto, explica-se pela emergente necessidade de diversificar a economia nacional.

Desta forma, o que ocorreu com a industrialização foi a promoção da burguesia industrial à condição de classe dominante de forma concomitante com a integração da classe operária urbana ao contexto social. Tal acontecimento desenvolveu um terreno muito fértil para o “surgimento” das regulamentações trabalhistas.

Porém, não se pode menosprezar a vasta produção teórica em torno da legislação trabalhista existente no Brasil ainda antes de 1930. Além disso, é necessário ressaltar a importância dos movimentos operários havidos na Primeira República para o desenvolvimento dessa legislação.

A questão da legislação deve ser sempre despersonalizada. “A história do advento da legislação trabalhista no Brasil, por exemplo, não pode ser atrelada à

---

<sup>2</sup> FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2002. P. 182

atuação de Vargas, seja para lhe conferir méritos, seja para lhe atrair críticas. O contexto econômico mundial, que impulsionava a política das relações internacionais, ainda mais considerando o crescimento da consciência dos trabalhadores sobre os problemas da sociedade capitalista (...) além disso, as necessidades econômicas internas (...) exigiam um direcionamento neste sentido, como base para a institucionalização do capitalismo industrial”<sup>3</sup>

Sob a perspectiva política interna, a chegada de Vargas ao poder representava a ruptura da república da oligarquia cafeeira e, sob a perspectiva internacional, significava o aumento da pressão para que o Brasil adotasse, de forma efetiva, leis de proteção social, sobretudo, uma legislação trabalhista.

O incentivo à industrialização, a promoção do capitalismo industrial, a centralização do poder e a substituição do operário imigrante pelo elemento nacional constituíam as linhas mestras do projeto varguista. Todos esses pilares requeriam o enquadramento jurídico das relações de trabalho “para a constituição da classe trabalhadora, mas também para a contensão das insatisfações decorrentes de contingências e do aumento das complexidades urbanas”<sup>4</sup>.

## **2. Identidade nacional e ampliação do mercado de trabalho**

Apesar de todo caráter repressor do governo Vargas, principalmente com relação ao sindicalismo preexistente, não se pode dizer que tal governo, devido a diversos fatores, tenha sido contrário aos interesses da classe trabalhadora. Pode-se dizer que a complexidade e a contradição são os traços mais marcantes desse período.

Não havia capitalismo consolidado no Brasil e, para atingir tal, Vargas adotou diversas estratégias, sendo uma delas “a busca da formação de operários imbuídos do espírito de colaboração com a produção da riqueza nacional, que teriam em contrapartida o recebimento de direitos trabalhistas”<sup>5</sup>. Ainda assim, não se pode

---

<sup>3</sup> SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **História do Direito do Trabalho no Brasil – Curso de Direito do Trabalho**. Vol. I – Parte II. São Paulo: LTr, 2017. P.174.

<sup>4</sup> Ibidem. P.176.

<sup>5</sup> Ibidem. P.177.

afirmar que esse propósito de cooptar a classe trabalhadora foi totalmente alcançado.

A legislação trabalhista que despontava era muito contraditória, pois surgiu de forma desvinculada aos trabalhadores, o que dificulta a percepção de que ela é uma conquista da intensa mobilização da classe operária. Isso se intensifica quando, em 1942, o governo Vargas busca legitimidade, através do apoio popular, para se manter no poder e, para tal, difunde a intensa propaganda da figura de Vargas como “pai dos trabalhadores”. Esse evento é conhecido como “trabalhismo” e “representou, de forma mais intensa, o roubo da fala histórica dos trabalhadores, como se nunca tivesse havido lutas trabalhistas, ou mesmo sociais, antes de Vargas”<sup>6</sup>.

Tal fato, em muito, foi possibilitado pois boa parte da população brasileira no período da Primeira República não estava integrada ao projeto político e econômico e o fato de que passou a ser vista pelo Estado no período varguista lhes proporcionou uma sensação de pertencimento.

É importante destacar que a industrialização brasileira anterior ao governo Vargas foi impulsionada pela força de trabalho dos imigrantes, “o que reforçou a exclusão dos brasileiros, que atingia de forma ainda mais intensa os trabalhadores e trabalhadoras negros e negras”<sup>7</sup>. Então, a partir da intensa produção cultural da identidade nacional, muitos brasileiros natos, que passaram a integrar a nova classe operária, adquiriram a sensação de que não viviam mais à margem da sociedade.

Entretanto, a cultura nacional forjada nesse período foi exclusivamente a que advinha da classe dominante, sendo que a mesma mantinha diversos resquícios culturais escravistas e pretensões burguesas. De acordo com o professor Jorge Luiz Souto Maior:

Não mais querendo se relacionar com os imigrantes “perigosos” e “ingratos”, à classe dominante seria preciso, agora, atrair para o mercado de trabalho toda aquela gama de “vagabundos” e excluídos. Para fazê-los, seria necessária a construção, seguida de intensa difusão, de uma história do Brasil que apagasse

---

<sup>6</sup> Ibidem. P.177.

<sup>7</sup> Ibidem. P.177.

a realidade da exclusão, construindo-se a noção da existência de um projeto de nação, mas do futuro para o passado. A história do Brasil seria a história dos excluídos ludicamente contada pelos vencedores.

A cultura construída servia ao projeto da classe dominante de implementar um capitalismo industrial no Brasil, houve, portanto, uma industrialização da identidade nacional. Através dela, “reivindicava-se a esperteza do brasileiro para fugir da exploração do colonizador, ao mesmo tempo que lhe vedava a percepção da nova forma de exploração que se institucionalizava”<sup>8</sup>.

### **2.1. Intérpretes do Brasil e a literatura**

Dentro do espectro cultural, portanto, estudar a literatura produzida antes de 1930 é de grande auxílio para a compreensão da formação da identidade nacional e do contexto histórico vivido. A literatura permite que se confira um sentido mais concreto das normas jurídicas existentes, sendo que, as obras que envolvem a temática do trabalho já haviam iniciado com o movimento literário do realismo/naturalismo.

Nesse sentido, a obra de Machado de Assis merece especial atenção, sobretudo no que se refere ao tema do trabalho no romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) e no conto *Pai contra Mãe* (1906). Ambas são muito eficientes para que se visualize as relações de trabalho. “Uma coisa é o Direito dizer que a escravidão não é mais juridicamente válida; a outra, bem diferente, é a sociedade criar uma compreensão de quanto a escravidão é repugnante”<sup>9</sup>.

O personagem Brás Cubas, em seu relato póstumo, narra detalhadamente a forma como maltratava os escravizados e sua descrição faz com que o leitor perceba o quanto a escravidão é destruidora da sociedade. O mesmo processo descritivo acontece no conto *Pai contra Mãe* (1906), que destaca a perda do sentido humano de quem escraviza ou de quem se vale da escravidão.

Tratando de forma mais direta sobre as relações de trabalho muitos outros autores e obras poderiam ser citados. A análise do trabalho na literatura, sobretudo

---

<sup>8</sup> Ibidem. P.178.

<sup>9</sup> Ibidem. P.179.

nesse período, é muito ampla. Também não se pode esquecer as importantes obras de autoras mulheres que refletem, por si, a lógica de divisão sexual do trabalho.

### **3. Referências Bibliográficas**

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo, Ática. 1992.

ASSIS, Machado de. Pai contra Mãe. **Relíquias de Casa Velha**. São Paulo, Editora Globo, 1997.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **História do Direito do Trabalho no Brasil – Curso de Direito do Trabalho**. Vol. I – Parte II. São Paulo: LTr, 2017.